

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
BIBLIOTECA PROF. BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA
“INFORME SEBIB Nº. 30”

A Seção de Biblioteca recebeu os seguintes periódicos:

REVISTA DE PROCESSO Nº. 149 - julho/2007

SUMÁRIO

- Natureza jurídica do prazo para impetração do mandado de segurança – *Guilherme Freire de Barros Teixeira*
- Lei 11.232/2005: possibilidade de haver sentença executiva nos casos de obrigação pecuniária? – *Marcos Nassar*
- Segurança jurídica e fundamentação judicial – *Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de Alencar*
- Controle e verificação do juízo de fato no julgamento singular, no apelarional e no revisional – *Gabriel Pintaúde*
- Subsídios para a ação coletiva passiva brasileira – *Nelson Rodrigues Netto*
- Direito fundamental ao julgamento definitivo da parcela incontroversa: uma proposta de compreensão do art. 273, § 6.º, CPC, na perspectiva do direito fundamental a um processo sem dilações indevidas (art. 5.º, LXXVIII, CF/88) – *Daniel Mitidiero*
- Um novo conceito de sentença? – *Bruno Silveira de Oliveira*
- Cumprimento de sentença: comentários sobre a Lei 11.232/2005 – *Hugo Filardi*
- Da legitimidade ativa da Defensoria Pública na ação civil pública – *Daniele Regina Marchi Nagai Carnaz*
- Ação de incumprimento: da cooperação institucional a um instrumento processual – *Jânia Maria Lopes Saldanha e Silviane Meneghetti de Freitas*
- A argüição de descumprimento de preceito fundamental como medida processual para a defesa da Constituição sob o enfoque da jurisprudência do Superior Tribunal de Federal – *Ana Carolina Couto Matheus*
- Interpretação do art. 475-J do CPC a partir de julgados do Tribunal de Justiça de Santa Catarina – *Sérgio Biava Júnior*

FÓRUM DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA Nº. 67 julho/2007

SUMÁRIO

- Lei das micro e pequenas empresas e seu impacto nas licitações públicas – *Marcelo Palaveri*
- A licitação no formato eletrônico e o compromisso com a eficiência (Projeto de Lei nº 7.709 de 2007) – *Jessé Torres Pereira Júnior, Marines Restelatto Dotti*
- Contratos da Administração Pública no *Civil Law* e no *Common Law*: uma perspectiva comparada do direito brasileiro e do direito inglês – *Maria Cecília Mendes Borges*
- O novo paradigma para os órgãos de controle interno: da auditoria de conformidade (campo da legalidade) para a auditoria operacional de natureza eminentemente preventiva (campo da legitimidade) – *Marcelo Neves*
- Regras para operacionalização da modalidade pregão, no formato eletrônico, conforme Lei Complementar nº 123, de 2006, introduzidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – *Marines Restelatto Dotti*

- Economicidade, planejamento e os pregões com baixo valor – *Denise Hollanda Costa Lima, Marcelo Neves*
- Contrato de fornecimento contínuo de medicamentos e a Lei nº 8.666/93 – A questão da prorrogação de que cuida o inciso II do artigo 57 e a possibilidade de se invocar o § 1º do artigo 65 para fundamentar acréscimo de até 25% do valor inicial de tal avença – *Hidemberg Alves da Frota*
- Capacitação no serviço público – Direitos, deveres e processo de contratação – *Jorge Ulisses Jacoby Fernandes*
- Serviços de engenharia podem ser licitados por pregão? O entendimento recente do TCU – *Fernanda Alves Andrade*
- Cuidados nas aquisições pelo Sistema de Registro de Preços – *Madeline Rocha Furtado, Antonieta Pereira Vieira*
- A dispensa de licitação na contratação de remanescentes e os limites temporais inerentes ao prazo de vigência – *Clayton Ribeiro de Souza*
- Desapropriação de interesse comum do Poder Público e de entidade empresarial privada: questões financeiras – *Cláudio Grande Júnior*
- Capacitação para pregoeiro – *Edgar Guimarães*
- Repactuação em contrato de serviço continuado – *Gustavo Cauduro Hermes*
- Projeto básico – *Gustavo Cauduro Hermes*

Os exemplares estão disponíveis para consulta dos interessados.

Salvador, 28 de agosto de 2007.